



Toponímia e Geografia Cultural: tecendo fios de investigações no âmbito da interdisciplinaridade

Toponymy and Cultural Geography: weaving threads of investigation within the scope of interdisciplinarity

Rodrigo Vieira do Nascimento

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins / Brasil
rdrgviera@hotmail.com.

Karylleila dos Santos Andrade

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins / Brasil
karylleila@gmail.com

Carolina Machado Rocha Busch Pereira

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins / Brasil
carolinamachado@mail.uft.edu.br

Resumo: A Toponímia é o estudo dos nomes de lugares; baseia-se, entre outros aspectos, na etimologia e nos dados semânticos dos nomes próprios de lugares (elementos físicos e humanos), ao passo que a Geografia Cultural apropria-se das manifestações culturais advindas de um lugar, assim como as crenças, danças, mitos e lendas. Este estudo busca investigar os pontos de interlocução entre Toponímia e Geografia Cultural, considerando que se revelam interdependentes mas, ao mesmo tempo, entrelaçadas na mesma trama no que se refere à amplitude de seus fios de conteúdo interdisciplinar. Assumimos a noção de interdisciplinaridade como o paradigma investigativo. A abordagem de análise metodológica é qualitativa e de caráter bibliográfico. Para realizar esta discussão, serviram de suporte teórico-metodológico os trabalhos de Dick (1990, 1999, 2006, 2007, 2008) e Andrade (2012, 2015, 2017) no campo da Toponímia, e os estudos de Claval (2001, 2002, 2011), Tuan (1979), Corrêa (2009) e Holzer (1999, 2003) no campo da Geografia Cultural.

Palavras-Chaves: toponímia; geografia cultural; interdisciplinaridade.

Abstract: Toponymy is the study of place names; it is based, among other aspects, on the etymology and semantic data of proper names of places (physical and human features), whereas Cultural Geography studies the cultural manifestations occurred in a particular place such as beliefs, dances, myths and tales. This study aims to investigate dialogue points between Toponymy and Cultural Geography, considering the fact that they reveal themselves as interdependent and, at the same time, intertwined in the same weft, as regards the range of their threads of interdisciplinary content. We assume the notion of interdisciplinarity as the investigative paradigm. The approach of the methodology analysis is qualitative and of bibliographic nature. This discussion was supported theoretically and methodologically by Dick (1990, 1999, 2006, 2007, 2008) and Andrade (2012, 2015, 2017) in the Toponymy field, and by Claval (2001, 2002, 2011), Tuan (1979), Correa (2009) and Holzer (1999, 2003) in the Cultural Geography field.

Keywords: toponymy; cultural geography; interdisciplinarity.

Recebido em 10 de dezembro de 2017

Aceito em 11 de fevereiro de 2018

1 Considerações iniciais

Ao debruçar-se sobre os estudos que enfocam o léxico de uma língua, o pesquisador apreende, por certo, a cultura, a história, o modo de vida, a visão de mundo daquela comunidade de fala que a utiliza. As palavras que constituem o sistema lexical de uma língua, conforme Andrade (2017, p. 586), “são como um espelho: refletem os aspectos do mundo concreto em uma realidade”. Utilizando-se do léxico, a autora (2010, p. 106) destaca que o ser humano sempre “atribuiu nome a tudo que o cerca: às coisas, aos animais, às pessoas, ao espaço físico e cultural em que vive”. Nomear é, para o homem, “uma necessidade de organização e de orientação” (ANDRADE, 2017, 586).

Ao eleger o nome de um lugar, “o homem faz uso de suas habilidades linguísticas, associando à denominação aspectos da realidade da comunidade, agregando a ele motivação, convenção e identificação”

(DAL PIZZOL, 2014, p. 17). Assim os nomes de lugares são “verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população” (DICK, 1990, p. 22). Dessa forma, o estudo linguístico dos nomes dos lugares pode ser um empreendimento de muitas facetas. Pode favorecer o conhecimento do “significado e da motivação do nome do lugar, por considerar as relações linguísticas, sociais e culturais que se estabelecem entre o universo pesquisado e o nome propriamente dito – o *topônimo*” (PEREIRA, 2009, p. 55). Estudar o ato de nomeação dos lugares traduz, portanto, “o pensamento, valores pessoais e sociais do homem enquanto ser social de diferentes sociedades no decurso da história” (ISQUERDO; KRIEGER, 2004, p. 11).

No nosso entendimento a toponímia preza por alcançar a relação existente entre o homem e o próprio topônimo, conforme suas motivações denominativas. Os estudos toponímicos compreendem, em outras palavras, “o estudo das relações (motivações) que são estabelecidas entre o homem e o nome de lugar” (ANDRADE, 2015, p. 30) e costumam partir da etimologia para “reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória” (CARVALHINHOS, 2002-2003, p. 172). São, portanto, investigações linguísticas, etimológicas e geo-históricas, um retorno às manifestações socioculturais, socioeconômicas e sócio-históricas de um determinado lugar.

No que diz respeito à Geografia Cultural, ela rompeu o padrão de um saber supostamente neutro nos estudos geográficos e proporcionou uma visão social e atuante em um mundo cada vez mais dominado pela globalização dos mercados, pelas mudanças nas relações de trabalho e pela urgência das questões ambientais e etnoculturais.

É oportuno situar, nessas linhas gerais, a existência do estudo sobre o lugar como uma singularidade entre a Toponímia e a Geografia Cultural. O lugar é referência fundamental nas análises dos estudos toponímicos, bem como da Geografia Cultural. É fundamental, desse ponto de vista, que as pesquisas que enfocam, propriamente, o lugar-nome-indivíduo possam compreender “os nomes de lugares a partir dos diferentes significados, olhares e áreas de atuação, pois, por se organizarem de maneira dinâmica, constantemente (re)inventam-se no tempo e no espaço, sobrepondo-se a valores socioculturais, econômicos, políticos e religiosos” (ANDRADE; NASCIMENTO; REIS, 2014, p. 8).

A proposta deste estudo é identificar de que forma essas áreas se articulam/interseccionam, tendo em vista, marcadamente, o seu objeto de estudo: os nomes de lugares. Esse diálogo investigativo assumirá caráter interdisciplinar. Substituiu-se um pensamento “[...] disjuntivo e redutor por um pensamento complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto” (MORIN, 2003, p. 89). Esta pesquisa, por sua vez, divide-se em quatro seções: na primeira, expõe-se uma discussão sobre a interdisciplinaridade como saber sistêmico e complexo; na segunda, propõe-se uma reflexão sobre os aspectos histórico-linguísticos da Toponímia; na terceira etapa discutem-se os caminhos da consolidação da Geografia Cultural e, por fim, na quarta subseção, dividida em dois momentos, apresenta-se uma discussão acerca da noção de lugar, como categoria, e sua relação de convergência com a Toponímia e a Geografia Cultural. Nessa subseção, promove-se uma discussão dos nomes de lugares e de que forma esse estudo está relacionado com os Documentos Legais (PCN e DCN).

2 Interdisciplinaridade: saber sistêmico e sintonizado

Refletir sobre a interdisciplinaridade é emergir nos pontos de encontros/desencontros entre as várias áreas do conhecimento (científico, cultural, filosófico, literário, etc.), ao considerar novos horizontes, novos olhares e novas abordagens teóricas e metodológicas direcionadas à problematização do saber e da valorização humana. Uma “[...] abordagem teórico-metodológica em que a ênfase incide sobre o trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento, um real trabalho de cooperação e troca, aberto ao diálogo e ao planejamento” (NOGUEIRA, 2001, p. 27). Nesse panorama os PCN retratam que a interdisciplinaridade supõe:

Um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002, p. 88-89).

A interdisciplinaridade aparece como “uma possibilidade de enriquecer e ultrapassar a integração dos elementos do conhecimento”

(ANDRADE, 2012, p. 207). A esse respeito assumimos uma postura diferente da abordagem disciplinar, e que supere, assim, a visão do modelo cartesiano, baseado na propositiva linear, redutora e desarticulada do conhecimento e das ciências, visto que as fronteiras ou caixas disciplinares “se tornam compartimentadas e impedem o contato, a circulação e o diálogo com as outras disciplinas, freando os movimentos interdisciplinares e resistindo às novas teorias provenientes do exterior” (JAPIASSU, 2006, p. 34).

O eixo condutor deste estudo é, incomensuravelmente, sintonizado, sistêmico, integrado, conectado, dialogizado, uma vez que assumimos o viés da interdisciplinaridade como perspectiva de ensino e, sobretudo, de pesquisa: como *paradigma investigativo*, caracterizado “pela utilização de elementos ou recursos de duas ou mais disciplinas para a operacionalização de um procedimento investigativo” (SILVA, 2011, p. 597).

Propomo-nos contribuir na construção de uma visão interdisciplinar para o estudo dos nomes de lugares, quanto às questões epistemológicas da Toponímia e da Geografia Cultural. Particularmente, o eixo que integra, conecta e dialoga é a noção de lugar. Conceito pertinente às duas áreas, mas aqui analisado sob a ótica de suas particularidades e diálogos. A nosso ver, lugar pode estabelecer o sentido não fragmentário acerca dos nomes de lugares nas duas áreas do conhecimento.

3 Da Lexicologia à Toponímia

Léxico vem do grego *λεξι*, que significa “palavra”. Segundo Antunes (2012, p. 27), o léxico de uma língua natural pode ser compreendido como um repertório de palavras de uma língua. A autora enfatiza que “as palavras são a matéria-prima com que construímos nossas ações de linguagem.” A Lexicologia, disciplina que se ocupa do léxico das línguas, de forma completa e integrada, “tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico” (BIDERMAN, 2001, p. 16). Lorente (2004, p. 21) afirma que a tradição acadêmica, especialmente na Europa, identifica com frequência a Lexicologia como o estudo da estrutura interna, formal e semântica da palavras.

Nomear “é uma atividade inerente ao homem” (CARVALHINHOS, 2008, p. 1), em que o indivíduo classifica seres e objetos e, concomitan-

temente, se organiza. *A priori* significa identificar como sendo algum objeto e implica que a coisa referida seja colocada dentro de uma determinada categoria específica, ou seja, qualquer objeto particular é membro de uma classe geral ou representante de tal classe. O léxico de uma língua está precisamente ligado ao processo de nomeação. E a Onomasiologia, situada no campo das denominações e designações, apropria-se do processo semântico da nomeação. Carvalhinhos (2007, p. 2) enfatiza que “o nome próprio tem como função registrar atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos”, considerando, principalmente, que “o nome próprio pode originar-se de fontes históricas, bíblicas ou modernas” (2007, p. 7).

Sendo uma das ciências que integram a Lexicologia, a Onomástica relaciona-se ao estudo da origem e das alterações dos nomes próprios, referindo-se, principalmente, a locais e pessoas. Ramos e Bastos (2010, p. 87-88) asseveram que a origem da Onomástica está relacionada “às primeiras especulações filosóficas sobre o nome e, no Ocidente, está intimamente ligada às tradições gramaticais greco-latinas, já que a distinção entre nome comum e próprio começa a ser elaborada por Dionísio de Trácia, primeiro gramático grego”. Porém, os autores (RAMOS; BASTOS, 2010, p. 88) reiteram que o seu tratamento científico originou-se do “advento do Estruturalismo Linguístico, na virada dos séculos XIX e XX”, momento em que se privilegiou o “enfoque das ciências dos signos, a semiótica ou semiologia, do qual a onomástica passou a ser considerada um capítulo”.

A Onomástica centraliza-se em duas áreas de estudo: a Antroponímia e a Toponímia. A primeira disciplina dedica-se ao signo antroponímico por meio da motivação denominativa dos nomes próprios individuais, sobrenomes e alcunhas ou apelidos. Devido a sua abrangência e natureza universalista, o léxico antroponomástico tem sido objeto de estudo de diversas áreas científicas, a exemplo: Filosofia, Sociologia, História, Direito, Religião e Literatura. Já a Toponímia concentra-se no estudo do léxico toponímico por intermédio do estudo dos nomes próprios de lugares. Segundo Dick (1990), o seu objeto de estudo é propriamente o topônimo (o nome de lugar).

No que concerne aos estudos onomástico-toponímicos no Brasil, eles tiveram início no século XX, baseavam-se no registro de nomes indígenas escritos etimologicamente e estavam associados diretamente aos estudos da língua tupi. São de grande importância os registros dos

nomes indígenas de Levy Cardoso, em 1961, com a publicação da obra *Toponímia Brasileira* (1961), ele um especialista nos topônimos brasílicos da Amazônia, principalmente os de origem caribe e aruaque. Porém foi com a pesquisa do professor Carlos Drumond, em 1965, com a obra *Contribuição do Bororó à Toponímia Brasileira*, examinando a origem dos nomes indígenas a partir do tupi e da Toponímia brasileira, que a posição dos estudos toponomásticos no Brasil começou a ganhar sistematicidade. O desenvolvimento da Toponímia brasileira aconteceu, de fato, com os trabalhos da professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, uma das principais referências para as pesquisas toponímicas no país. Seguindo a teoria de Dauzat e sendo orientada por Drumond, Dick prosseguiu com as investigações acerca dos topônimos, criando categorizações metodológicas para sua motivação.

Dick (1990) trabalha a ideia da motivação toponímica focada na investigação das motivações que levaram ao aparecimento de um determinado topônimo. De um modo geral, tais motivações podem estar associadas às circunstâncias socioculturais em que o denominador se encontra inserido, ou seja, ao contexto sócio-histórico em que a nomeação ocorre. Em seu estudo, a autora classifica as diferentes motivações em taxionomias toponímicas, que podem ser tanto de natureza antropocultural quanto física. Essas taxionomias levantadas por Dick (1990) “permitem interpretar os nomes com maior segurança do ponto de vista semântico” (DICK, 1999, p. 143). De uma forma geral, seus estudos buscam o resgate histórico-social contido nos nomes de um determinado povo, comunidade, região, lugar. No atuais estudos toponímicos, essa taxionomia vem sendo (re)discutida pelos pesquisadores da área com o objetivo de atender a própria dinâmica dos resultados da pesquisa na área.

Os topônimos podem, em sua formação, receber influências que podem vir das condições linguísticas, geográficas, culturais, históricas, sociais, étnicas e ideológicas. Inclusive podem advir de transformações semânticas, lexicais e morfossintáticas comparadas às outras unidades lexicais (línguas indígenas e portuguesas). Eles podem carregar consigo “um valor que vai muito além do próprio ato da nomeação” (ANDRADE; NASCIMENTO; REIS, 2014, p. 15), e enquanto unidades terminológicas, “crônica” de um povo, “refletem a preservação dos fatos socioculturais e sociogeográficos em determinado espaço e tempo de uma comunidade” (ANDRADE; NASCIMENTO; REIS, 2014, p. 15). Por esta razão estudá-los é tecer o tempo pela memória do lugar, é revelar geografias impressas

na paisagem, é compreender traços culturais soterrados no cotidiano. A Toponímia, pois, revela-se uma disciplina interdisciplinar que alimenta e é retroalimentada por fios de diversas áreas do conhecimento.

4 Os caminhos da Geografia Cultural

Claval (2001) identifica como marco da primeira fase dos estudos da Geografia Cultural a Alemanha e a França. O período compreende os anos de 1890 a 1940, em que as pesquisas eram majoritariamente sobre paisagem cultural e os gêneros de vida, resultantes das relações entre sociedade e natureza. O segundo período estendeu-se de 1940 a 1970, quando a Geografia regional ganhou destaque e a preferência foi dada aos estudos sobre as lógicas locacionais e estudos urbanos, entre outros. O trabalho de campo foi, em grande parte, substituído pelas inferências estatísticas, mas, ainda assim, a Geografia Cultural prosseguiu.

A década de 1970 “foi arena de embates epistemológicos, teóricos e metodológicos, em que emergiu uma Geografia crítica e diferentes subcampos que, nos anos 1980, iriam confluir, em parte, para gerar a denominada Geografia Cultural renovada” (CORRÊA, 2009, p. 2). A renovação da Geografia Cultural ocorre pós-década de 1980 (CORRÊA, 2009), quando surgem periódicos especializados como: ‘*Géographie et Cultures*’, na França, criado por Paul Claval, em 1992, e, no mesmo ano, a revista *Ecumene*, na Inglaterra. Nos Estados Unidos, em 1994, os estudos culturais vão se organizar em torno do *Journal of Cultural Geography*. A criação posterior do *Social and Cultural Geography* veio ampliar as possibilidades de publicar textos da Geografia Cultural. Assim, aos poucos, os trabalhos e as pesquisas de Geografia Cultural dispunham de vários periódicos e canais de divulgação.

Grandes nomes da Geografia contribuíram para a sistematização da abordagem cultural, dentre eles podem ser destacados: Friedrich Ratzel (geógrafo e etnólogo alemão) e Vidal de La Blache (geógrafo francês). Mais recentemente tem-se destacado Yi-Fu Tuan (geógrafo sino-americano) e Anne Buttimer (geógrafa irlandesa): pesquisadores que contribuíram na busca por uma identidade própria para a Geografia Cultural. Nas palavras de Holzer (2003, p. 114), são “esses autores pioneiros na utilização dos conceitos de lugar e de mundo vivido”.

Corrêa e Rosendahl (2005, p. 97) explicam que os aspectos da cultura, por muito tempo, foram abordados nos estudos regionais, porém

“não eram priorizados, nem se tinha a consciência de que a cultura, em suas múltiplas manifestações, poderia ser tema central nas pesquisas”. No Brasil, conforme os autores Corrêa e Rosendahl (2005, p. 97 e 98), a heterogeneidade cultural do país, assim como seu dinamismo e os seus inúmeros processos históricos envolvendo sociedade e natureza, contribuíram para que fosse despertado o interesse pela dimensão cultural do espaço. Sua implantação, claro, gerou críticas e polêmicas; todavia, em 1993, foi criado o NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura) no Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), um ativo centro de produção e difusão da Geografia Cultural no Brasil, que ainda se direciona às pesquisas sobre as relações existentes entre espaço e religião, espaço e simbolismo e cultura popular.

Com o tempo, a dimensão cultural foi ganhando espaço nos estudos geográficos, como bem postula Bonnemaïson (2002):

Dedica-se hoje uma atenção nova à irredutibilidade do fato cultural. Este não é mais visto como a superestrutura vaga e fluida na qual se tenta encerrar uma concepção bastante materialista. A cultura hoje tende a ser compreendida como uma vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma “visão de mundo” que tem sua coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço (BONNEMAISON, 2002, p. 86).

Para Suertegaray (2001), o espaço geográfico é apontado como “uno e múltiplo” e está condicionado a diferentes categorias, a saber: Paisagem, Território, Lugar e Ambiente.

Milton Santos (2006, p. 66) expõe que a noção de *paisagem* tem sido apropriada por outras definições como meio, habitat e ecossistema. Ela está associada “ao conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Percebemos em Santos (2006) que a paisagem é “transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” (p. 67), que se caracteriza por [...] “uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico” (p. 67). Já o *espaço* constitui “sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única” (p. 68), que resulta da “intrusão da sociedade nessas formas-objetos” (p. 68). À luz deste raciocínio, nota-se, conforme Santos (2006), a diferença existente entre paisagem e espaço: “a paisagem é, pois,

um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (p. 68).

Suertegaray (2001, n.p.) elucida que a concepção de *território* está, historicamente, associada à ideia de dominação-apropriação ou associa-se à noção de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder. Com base em Santos e Silveira (2001) *apud* Blum (2014, p. 30), a maneira como se transforma um espaço em um território, dentro da tradição científica geográfica, está relacionada com a materialização de redes de poder que dominam, materializam alterações e se reproduzem na sociedade (SANTOS; SILVEIRA, 2001 *apud* BLUM, 2014, p. 30). Desta forma, espaço e território, assim como paisagem e espaço, não são termos equivalentes. Na concepção de Raffestin (1993, p. 143), “espaço é anterior ao território”, ou seja, a formação do território somente é possível se houver a presença do espaço geográfico. Territorializar o espaço, na visão de Blum (2014, p. 31), transpassa a “percepção de que as relações sociais e de poder estão aplicadas nos grupos sociais que habitam determinado espaço”. Retomando a ideia de Raffestin (1993, p. 144), o território é “a prisão que os homens constroem para si”.

Por muito tempo, o conceito de *lugar* foi tratado na Geografia como termo autoexplicável. Contudo, recentemente, foi resgatado como conceito fundamental, sendo analisado de forma mais abrangente na ciência geográfica (SUERTEGARAY, 2001, n.p); passou de uma referência locacional para uma importante categoria de análise. O lugar, na perspectiva geográfica, compreendido como ponto do espaço, refere-se a “um tratamento geográfico do mundo vivido”, manifestado através “de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum” (SANTOS, 1997 *apud* SUERTEGARAY, 2001, n.p.). Portanto, quando pensamos a relação espaço e lugar na Geografia, situamos a noção de lugar como espaço “[...] corporificado a partir de experiências, ambiguidades e valores humanos, que manifestam níveis distintos de especificidades” (MELLO, 2011, p. 7). Trata-se do espaço geográfico vivido e experienciado, incorporado como o lar, a cidade, a região em que se vive. A partir do lugar o indivíduo constrói vínculos “afetivos, sociais, culturais, guarda seus mistérios, refúgio, confinamento, é o seu cosmo” (ANDRADE, 2015, p. 32).

O termo *ambiente* é polissêmico, ou seja, possui uma “pluralidade de concepções e conceitos, presentes em acepções tanto científicas,

políticas e culturais [...]” (MENDONÇA, 2001, p. 118). Pode, por exemplo, designar “tudo aquilo que rodeia ou envolve os seres vivos”; “um conjunto de condições materiais, culturais, psicológicas e morais que envolvem uma ou mais pessoas” (HOUAISS, 2007, versão eletrônica). Pensar o ambiente na Geografia, conforme Suertegaray (2004), é considerar:

A relação natureza/sociedade, uma conjunção complexa e conflituosa que resulta do longo processo de socialização da natureza pelo homem. Processo este que, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma, também, a natureza humana (SUERTEGARAY, 2004, p. 196).

Em congruência, Cavalcante (2006) *apud* Cavalcante e Santos (2013, p. 2) confirma que o ambiente é “um meio (re)produzido, como resultado das ações humanas acumuladas sobre o meio natural”. E complementa que seus “componentes refletem, sobretudo, uma complexa e dinâmica interação entre os processos históricos, socioculturais, econômicos e ambientais” (p. 2). Nesta perspectiva, o ambiente é produto da relação dialética, sistêmica e complexa da sociedade e os aspectos físicos naturais de um espaço.

De acordo com as ideias de Suertegaray (2001), o espaço geográfico, portanto, mostra-se dinâmico, visto que pode “ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais” (SUERTEGARAY, 2001, n.p.). Como exemplo, “paisagens contêm territórios, que contêm lugares, que contêm ambientes, valendo, para cada um, todas as conexões possíveis” (SUERTEGARAY, 2001, n.p.).

A Geografia Cultural, como subcampo da Geografia, busca, então, apreender e compreender a interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço. Em voga objetiva-se investigar as atitudes humanas (como a arte e a música) relacionadas ao seu ambiente físico e social. Isso somente é possível porque a cultura é “um meio pelo qual o indivíduo ou grupo torna inteligível o espaço e a forma de viver e atuar nele” (OLIVEIRA; SILVA, 2009, p. 2). O ponto de partida da Geografia Cultural é, portanto, a constatação de que o espaço social está carregado de uma noção subjetiva e cultural.

Para a Geografia Cultural, os nomes geográficos (também conhecidos como topônimos) podem traduzir, além de estratos culturais e etnolinguísticos, fatos da história e da geografia de um povo que habita ou já habitou o espaço-lugar geográfico. Nesse sentido, um nome geográfico é excepcionalmente testemunho excepcional da história humana (FONSECA, 1997, p. 20, tradução nossa). Na Geografia Cultural, o conceito de nome geográfico está associado às dimensões ontológicas, aos aspectos da dominação territorial, bem como ao surgimento das identidades e significações para dado lugar. Neste viés, o conceito de lugar discutido na Geografia Cultural caminha lado a lado com a noção de lugar em Toponímia, tendo em conta que os nomes de lugares “não são fatores estranhos ou alheios aos contextos históricos, culturais e sociais, ao considerar as substâncias ontológicas do seu meio, atreladas a sua carga significativa” (ANDRADE, 2015, p. 166).

5 Toponímia e Geografia Cultural: o lugar como uma teia de relações

Enquanto sujeito nomeador, o homem possui representatividade na nomeação do lugar: “é ele quem estabelece os parâmetros de seleção das motivações, sejam elas de força da natureza ou humana” (ANDRADE, 2015, p. 29). Quando nomeamos lugares, estabelecemos um vínculo cultural, “diretamente associado à ocupação, posse e conhecimento do local ou área nomeada” (ANDRADE; NUNES, 2012, p. 201). É, pois, como qualquer outra atividade humana, “o ato da denominação de lugares passível de investigação científica e sistematização” (ANDRADE; 2012, p. 205).

Nome geográfico e topônimo podem ser considerados termos, mas não devem ser compreendidos, respectivamente, como sinônimos, pois cada um abarca áreas de conhecimentos, campos de atuação e especificidades teóricas e metodológicas diferentes. O nome geográfico aparece como topônimo normalizado, padronizado, que é usado como referência geográfica em registros cartográficos (SANTOS, 2005 *apud* BATISTA, 2011, p. 31), específico dos estudos geográficos, particularmente da Geografia Cultural.

O lugar no senso comum possui posição social e localização espacial, mas, para Tuan (1979, p. 409), o lugar “possui espírito”, “personalidade”, existe “sentido do lugar”. O lugar em Tuan (1979) está associado à ideia do pertencimento, assim relacionado à identidade biográfica do homem com os aspectos e elementos do seu espaço vivido e

experienciado. Entendemos por “pertencer” aquilo ou aquele que faz parte ou é proveniente de; que é peculiar ou particular de; que possui relação ou vínculo com alguma coisa, como um objeto ou um lugar (HOUAISS, 2007). Desse modo, o sentimento de pertencimento relaciona-se “ao sentimento de vínculo, relação, dependência, ligação, com determinado lugar, grupo, história” (ANDRADE, 2015, p. 37). Uma casa, enquanto lar, por exemplo, expressa a relação afetiva do indivíduo com seu lugar: um sujeito que reside numa casa por um longo período, provavelmente desenvolve vínculos afetivos, pessoais ou culturais, ou seja, sentimentos de pertencimento com o espaço.

Quanto a essa relação – homem e espaço físico –, Tuan (2012) discute em seu livro o termo “Topofilia” como um neologismo que configura, num sentido amplo, o elo afetivo do ser humano com o lugar, considerando, sobretudo, “a percepção, as atitudes e valores envolvidos na relação entre os seres humanos e o meio ambiente” (COSTA; ROCHA, 2010, p. 38). Tuan (2012) refere-se à Topofilia como sendo os “laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (2012, p. 135), ou seja, o elo de afeição que une as pessoas aos lugares (HOLZER, 2003, p. 117). Nesta visão, o lugar é o espaço em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. Não é toda e qualquer localidade, mas aquela porção de espaço que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas (CAVALCANTI, 1998 *apud* COSTA; ROCHA, 2010, p. 37). O lugar, nessa concepção, é o resultado de significados construídos pela experiência, ou seja, trata-se de referenciais afetivos desenvolvidos ao longo de nossas vidas.

Graças à fenomenologia, o interesse pela experiência direta dos lugares se desenvolveu com a Geografia Cultural (CLAVAL, 2002, p. 20). Nesta abordagem geográfica, a preocupação é “definir o lugar enquanto uma experiência que se refere, essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos” (HOLZER, 1999, p. 70). Insistindo sobre o sentido dos lugares, sobre a importância do vivido, sobre o mundo humanizado, Claval (2011, p. 11) complementa que o foco da Geografia Cultural é a experiência espacial: “experiência do lugar nas pesquisas sobre o espaço vivido”. O lugar é estudado a partir das relações e ligações subjetivas estabelecidas entre o sujeito e o espaço (COSTA; ROCHA, 2010, p. 37). Constitui, assim, a noção de lugar na Geografia Cultural como espaço primitivo que envolve nossas vontades, experiências, pensamentos, sentimentos e anseios.

Reconhecer a especificidade geográfica e cultural dos lugares produzidos e mantidos pela ação humana é, portanto, o fio condutor da Geografia Cultural, que busca apreender e compreender a interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço. Sua raiz teórica e científica, certamente, está associada ao reconhecimento de lugares e paisagens como produtos da atividade humana intencional.

Segundo Claval (2001, p. 55), “[...] os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”. Por esse motivo, o autor pondera que com os estudos da Geografia Cultural é possível conhecer “a lógica profunda das ideias, das ideologias ou das culturas para ver como elas modelam a experiência que as pessoas têm do mundo e como influem sobre sua ação”.

Moreira e Hespanhol (2007, p. 51) fazem uso das ideias de Buttimer (1985), que expressa que cada ser humano está rodeado “por ‘camadas’ concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação” (BUTTIMER, 1985, p. 178). E este espaço incide sobre as forças de produção como manutenção e desenvolvimento de um grupo humano. Explicitamos a noção de produção como um modo de vida, incorporando a cultura dentro dessa produção humana. Assim crenças, danças, mitos, ritos, lendas são partes integrantes do processo produtivo e podem refletir nas ações denominativas deste grupo, como, por exemplo, no ato de nomear lugares.

Conforme Andrade (2015, p. 31-32), a episteme dos estudos toponímicos revela o lugar em uma “dimensão de categoria analítica: motivacional, histórica, linguística, ideológica, social, identitária”. E com a Geografia Cultural a ideia de lugar pode ser conceptualmente alargada ou estendida “como experiência de mundo vivido, de afetividade, lugar como parte do todo”.

A partir da discussão de “lugar” na Geografia Cultural é possível entender que o lugar vai muito além da simples visão de localização e de individualidade do espaço, e sendo este diferente da categoria geográfica “espaço”: o lugar é fechado, íntimo e humanizado; ao passo que o espaço seria qualquer porção da superfície terrestre, ampla e desconhecida. Assim o lugar está contido no espaço. O lugar passa a ser o espaço vivido, dotado de significados próprios e particulares que são transmitidos culturalmente (COSTA; ROCHA, 2010, p. 52).

5.2 Documentos legais e os nomes de lugares

Os estudos dos nomes de lugares revestem-se de particular significado para a compreensão das comunidades e dos povos. No que se refere ao contexto didático-pedagógico, acreditamos que eles sejam compreendidos como sendo substanciais ao processo de ensino-aprendizagem do aluno. Compartilhamos da ideia, por exemplo, de que quando a escola possibilita ao aluno uma imersão na realidade que o cerca, isso contribui notadamente para a compreensão da cultura local e identitária ao suscitar aspectos sócio-históricos.

No âmbito do ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Novas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCN) são considerados documentos legais basilares e canalizadores de orientações e diretrizes para encaminhamentos e discussões que norteiam os trabalhos das escolas. Neste estudo, fez, ainda, parte da nossa investigação compreender de que maneira a noção de lugar está apresentada nestes documentos que norteiam a educação básica.

Os PCN foram elaborados para orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias.¹ Constituídos de referências nacionais ao planejamento educacional, os PCN de Geografia do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998, p. 15) propõem um trabalho pedagógico que visa à “ampliação das capacidades dos alunos do ensino fundamental de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos”. Este documento legal (1998) aponta alguns objetivos traçados para o Ensino Fundamental: “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro” e “conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país” (BRASIL, 1998, p. 7). O Brasil é uma união de diversidades socioculturais, preconizam os PCN (1998); nesta perspectiva o professor deve buscar um trabalho com as heterogeneidades regionais, pois os PCN (BRASIL, 1998, p. 110) salientam que, para o Ensino Fundamental, o professor pode “buscar um trabalho com as heterogeneidades regionais, sem fragmentar a sua análise geográfica, para

¹ Informação extraída do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Parâmetros Curriculares Nacionais (INEP). Disponível em: <http://provabrazil.inep.gov.br/parametros-curriculares-nacionais>. Acesso: setembro de 2016.

discutir como se deu o desenvolvimento desigual das regiões brasileiras dentro de uma visão sociocultural ampla e não apenas econômica”. Conforme esse documento, espera-se que os alunos construam um repertório de conhecimento sobre a formação do território nacional:

Conheçam características de diferentes paisagens brasileiras, descobrindo a questão da diversidade humana e natural que marca profundamente o Brasil: a concentração e o despovoamento humano de determinadas regiões, as diferenças culturais, assim como as climáticas e sua influência socioambiental, a vegetação e o relevo nas diferentes paisagens, a formação cultural e suas relações socioambientais (BRASIL, 1998, p. 114).

Nesta ótica, mais do que conhecer o espaço geográfico, o essencial é que os alunos percebam que existe uma diversidade cultural, social e histórica riquíssima em nosso país, além de clima, vegetação e relevo, e tudo isto deve ser valorizado dentro de cada especificidade regional. E a isso “cada elemento deve ser observado, descrito, relacionado, comparado, questionado e interpretado, considerando os diversos aspectos geográficos das paisagens e do território do país” (BRASIL, 1998, p. 112).

Os PCN (BRASIL, 1998, p. 61) propõem que os professores trabalhem “as dimensões subjetivas do espaço geográfico e as representações simbólicas que os alunos fazem dele”, a fim de que os alunos possam se perceber como “atores na construção de paisagens e lugares” e que possam compreender que essas paisagens e lugares “resultam de múltiplas interações entre o trabalho social e a natureza e que estão plenos de significados simbólicos, decorrentes da afetividade nascida com eles”.

O documento procura valorizar as atitudes e procedimentos que os alunos podem adquirir estudando seu cotidiano com a Geografia. Ao observar, descrever, indagar e representar a multiplicidade de paisagens e lugares, eles estarão compreendendo o seu papel como atores coadjuvantes dos processos que estão constantemente transformando essas paisagens e lugares (BRASIL, 1998, p. 62).

Desta forma, os alunos estarão aprendendo uma geografia que “valoriza suas experiências e a dos outros e, ao mesmo tempo, estarão aprendendo a valorizar não apenas o seu lugar, mas transcendendo a dimensão local na procura do mundo” (BRASIL, 1998, p. 62).

Conforme os PCN (BRASIL, 1998, p. 58), a preocupação em integrar o lugar nos estudos geográficos como eixo temático está relacionada “tanto às oportunidades que oferecem para o estudo do cotidiano do aluno como à possibilidade de pensar sobre a Geografia no interior das novas correntes de pensamento”. Nesta abordagem o professor poderá “trabalhar o cotidiano do aluno com toda a carga de afetividade e do seu imaginário, que nasce com a vivência dos lugares” (p. 59). Nesta abordagem, os PCN (BRASIL, 1998, p. 60) sugerem alguns itens como parâmetros para os estudos geográficos em sala de aula:

- O lugar como experiência vivida dos homens com o território e paisagens;
- O imaginário e as representações da vida cotidiana: o significado das coisas e dos lugares unindo e separando pessoas;
- O lugar como espaço vivido mediato e imediato dos homens na interação com o mundo;
- O mundo como uma pluralidade de lugares interagindo entre si;
- A cidadania como a consciência de pertencer e interagir e sentir-se integrado a pessoas e os lugares;

Observa-se, sob este ponto de vista, que a noção de lugar na Geografia pode ir “muito além da simples visão de localização e de individualidade do espaço: são acrescentadas a percepção, os significados, as características e heranças culturais dos indivíduos” (COSTA; ROCHA, 2010, p. 52). Estes autores complementam que o lugar é “[...] o espaço vivido, dotado de significados próprios e particulares que são transmitidos culturalmente”. E a partir do lugar pode ser considerado no ensino-aprendizagem “a percepção do indivíduo, os símbolos, a religiosidade, os valores e as identidades coletivas” (p. 52). É por esta razão que os PCN (BRASIL, 1998) consideram relevante os estudos geográficos sobre o lugar a partir das relações e ligações subjetivas estabelecidas entre o sujeito e o espaço, pois o conceito do lugar para o aluno “pode ser formado e/ou compreendido como espaço de vivência, onde estão inseridas suas necessidades existenciais, suas interações com os objetos e as pessoas, suas histórias de vida” (GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA, 2012, p. 36).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica DCN (BRASIL, 2013) também são princípios, procedimentos e

fundamentos direcionados à Educação Básica que norteiam e direcionam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino nas esferas municipal, estadual e federal. Essas diretrizes também associam a imagem do lugar à relação identitária estabelecida entre o indivíduo e o espaço geográfico vivido, experienciado e conquistado. Uma relação que enaltece o sentimento de pertencimento e afetividade entre o lugar, o seu nome e os indivíduos que interagem neste espaço. O lugar, neste documento, está associado às dimensões ontológicas, isto é, está relacionado aos aspectos da dominação territorial, bem como o surgimento das identidades e significações para o lugar. Para as DCN (BRASIL, 2013, p. 438) a terra enquanto lugar “é muito mais do que possibilidade de fixação; antes, é condição para a existência do grupo e de continuidade de suas referências simbólicas”, como podemos notar em Leite (1991):

A terra é um património comum das comunidades que a tomam como tal em razão de fatores étnicos, da lógica endogâmica, casamento preferencial, regras de sucessão, e outras disposições. A condição de posse comunal e indivisa é o ponto central para sua compreensão. Investida pela história própria, torna-se um território e sobre ele, os grupos constroem sua territorialidade (LEITE, 1991, p. 31).

A autora aponta que a territorialidade supõe a “identificação e a defesa por parte do grupo: supõe a tradição histórica e cultural construída através dos tempos”. Conforme as DCN (BRASIL, 2013, p. 439), a terra “não deve ser percebida apenas como objeto em si mesmo, de trabalho e de propriedade individual, uma vez que está relacionada com a dignidade, a ancestralidade e a uma dimensão coletiva”. E quanto ao território, as DCN (BRASIL, 2013) acentuam que diz respeito:

A um espaço vivido e de profundas significações para a existência e a sustentabilidade do grupo de parentes próximos e distantes que se reconhecem como um coletivo por terem vivido ali por gerações e gerações e por terem transformado o espaço em um lugar. Um lugar com um nome, uma referência forte no imaginário do grupo, construindo noções de pertencimento. Trata-se de um espaço conquistado pela permanência, pela convivência, que ganha importância de uma tradicionalidade ao servir de suporte para a existência de um grupo de pessoas aparentadas por afinidade e consanguinidade ou até mesmo por uma afiliação cosmológica (BRASIL, 2013, p. 439).

O lugar, nesta perspectiva, não pode ser compreendido sem ser “experienciado” ou vivido, como bem postula Tuan (1979). Trata-se de um espaço geográfico-cultural de uso coletivo, conforme as DCN (BRASIL, 2013, p. 440), de necessidade “econômica e social, de necessidade cultural e política” do ser humano. Nas palavras de Leite (1991, p. 31), supõe “tradição histórica e cultural construída através dos tempos”. Dessa forma as DCN (BRASIL, 2013, p. 439) enfatizam, por intermédio das considerações de Milton Santos (2007), que é impossível “imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial, já que o valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar em que está”.

Esses textos legais visualizam as categorias do espaço geográfico (paisagem, território, ambiente e lugar) associados à experiência vivida do homem (visão socioespacial). Essa vivência do espaço social, segundo (SANTOS, 2010, p. 38), acontece quando “o indivíduo se insere no espaço, apropriando-se dele e participando das modificações, podendo, dessa forma, definir-se dentro da sociedade como agente ativo de transformação”. Caso contrário, o espaço “configura-se como geométrico ou meramente paisagens que participam indiretamente da vida dos sujeitos, compondo cenários alheios a sua compreensão” (SANTOS, 2010, p. 38). Nota-se que esses documentos têm em comum as relações subjetivas estabelecidas entre o homem e o seu meio e, desta forma, compreendem que “o conceito de lugar nasce das experiências e refere-se à afetividade que o homem cultiva, a partir da convivência, pelo espaço em que habita” (SANTOS, 2010, p. 38).

6 Considerações finais

Nesta discussão, lugar e cultura foram compreendidos como teias da mesma trama, conceitos indissociáveis. Enxergamos na Toponímia e na Geografia Cultural a complexidade das relações que envolvem o ato de nomear lugares, visto que os topônimos ou nomes geográficos podem revelar elementos da origem, etimologia, cosmovisão, memória social e identitária, como também o processo de dinamicidade dos nomes de lugares. Assim sendo, buscou-se evidenciar os pontos de interlocução entre esses dois campos interdisciplinares, considerando os aspectos complexos e relacionais presentes no conhecimento científico dessas áreas e no cotidiano escolar. Entendemos que refletir o ato interdisciplinar possibilita avanços no ensino, sendo que tais progressos podem permitir

a realização de novos projetos de pesquisa que, de alguma forma, possam corresponder ao novo paradigma emergente que está se colocando para a educação (ANDRADE, 2012, p. 219). No processo onomasiológico depreendemos o estudo dos nomes de lugares como um ato de puxar os diversos fios dos velos dos saberes na busca da compreensão dos elementos que os envolvem, uma vez que os diversos saberes podem resgatar as cores da memória e da identidade local. Essa relação pode estabelecer o sentido não fragmentário acerca dos nomes de lugares e/ou nomes geográficos.

A Geografia Cultural concebe o espaço geográfico como espaço social, sendo o lugar fruto do “somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas” (BUTTIMER, 1985 *apud* SANTOS, 2010, p. 57). Essa vertente geográfica centra-se nos estudos das “relações entre a cultura e a vida social, a transmissão dos conhecimentos e regras de conduta, a relação do indivíduo com a sociedade e também as articulações e relações entre cultura e poder” (COSTA; ROCHA, 2010, p. 38). Compreender o lugar na perspectiva geográfica cultural pressupõe, então, o regaste das tradições e memórias de um grupo através de dogmas, crenças, mitos, da dança, culinária, entre outros.

Dick (2008, p. 179) assinala que, após batizados, os lugares ganham “alma”, “tornam-se entidades capazes de significar e de transmitir a sua significação: “nome” e “lugar” se unem, a partir daí, constituindo uma mesma identidade, referencializada e referenciável”. O lugar, conforme Andrade (2015, p. 30), refere-se “ao ponto do espaço, ao recorte propriamente dito, vincula-se à relação lugar/nome/denominação/referência de modo transparente”. Estes “carregam em si características próprias e peculiaridades que permitem descobrir, na grande maioria dos designativos, além de aspectos físicos, o modo de ver, as ideias, o ponto de vista do povo de uma determinada época” (CASTIGLIONI, 2008, p. 23).

Os estudos geográficos culturais podem consubstanciar os estudos da Toponímia ao apropriar-se dos aspectos antropolinguísticos, geo-históricos, socioculturais, socioeconômicos de um nome de lugar. Ou, ainda, o inverso: a Toponímia pode contribuir com os estudos dos nomes geográficos na Geografia Cultural.

Ressaltamos que essa discussão não se configura totalmente concluída, estando assim aberta a outros olhares e novas leituras. Objetiva-se dar continuidade a esses estudos com foco estritamente no

contexto do ensino, considerando a vertente da abordagem da Geografia Cultural no âmbito dos estudos toponímicos, pensando sempre mais particularmente nas possíveis propostas didático-pedagógicas para o ensino-aprendizagem de disciplinas como Língua Portuguesa, Geografia e História.

Referências

ANDRADE, Karylleila dos Santos. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na interdisciplinaridade. *Domínios de Lingu@gem. Revista Eletrônica de Linguística.*, v. 6, n. 1, 1º sem. 2012.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Estudo etnolinguístico e etnotopônimo dos rios Araguaia e Tocantins nos séculos XVIII, XIX e XX*. 2015. 199f. Relatório (Pós-doutoramento em Linguística) – Universidade de Coimbra Faculdade de Letras, Coimbra, Portugal, 2015.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: ATITO*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 585-607, 2017. Doi: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.25.2.585-607>

ANDRADE, Karylleila dos Santos; NUNES, Verônica Ramalho. O onoma e sua relação com a interdisciplinaridade nos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental de Geografia: um estudo preliminar com foco na Toponímia. *Revista Língua&Literatura*, Frederico Westphalen, RS, v. 14, n. 23, p. 195-210, 2012.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; NASCIMENTO, Rodrigo Vieira; REIS, Anna Inez Alexandre. Os nomes de lugares nos livros didáticos de Geografia e História: primeiras considerações. *Revista Trama*, Marechal Cândido Rondon, PR, v. 10, n. 20, p. 11-26, 2014.

ANTUNES, Irlandé. *O território das palavras: estudo do léxico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BATISTA, Patrícia de Oliveira. *A toponímia cearense no século XIX*. 2011. 144f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

BLUM, Gustavo Glodes. Os conceitos de espaço, território e estado numa perspectiva político-geográfica dos investimentos estrangeiros diretos no estado do Paraná. *Conjuntura Global*, Curitiba, v. 3, n.1, jan./mar. 2014.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. (Série Geografia Cultural, 3, p. 83-132)

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Geografia / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156p.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. PCN + Ensino Médio: *Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BUTTIMER, Anne. *Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p. 172-179, 2002-2003.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de Linguagem: Revista Eletrônica de Linguística*, Uberlândia, Ano 1, n. 1, 2007. ISSN 1980-5799.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba; MARTIN, Vima Lia de Rossi. (Org.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

CASTIGLIONI, Ana Claudia. *Glossário de topônimos do bolsão sul-mato-grossense*. 2008. 279f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2008.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. Estudos sobre os topônimos Norte-riograndenses na ótica de Câmara Cascudo: Um olhar sobre Passa e Fica-RN. In: LINS, Juarez Nogueira; BEZERRA, Rosilda Alves. *Linguagem e Discussões Culturais*. João Pessoa: Ed. dos Organizadores, 2006. v 3.

CAVALCANTE, Márcio Balbino; SANTOS, Marcos Aurélio Malaquias. Estudos sobre os topônimos na Geografia Cultural. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XVII; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, XIII; ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, III., 2013. São José dos Campos. *Anais...* São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, Escola e construção de conhecimentos*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na Geografia. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, ano 1, n. 1, p. 19-28, 2002.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 2. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

CLAVAL, Paul. Geografia Cultural: um balanço. *Revista Geografia*, Londrina, v. 20, n. 3, p. 5-24, set./dez. 2011. Doi: <http://dx.doi.org/10.5433/2447-1747.2011v20n3p005>

CORRÊA, P. A. *Modernidade e pós-modernidade na canção popular brasileira urbana: a voz ativa de Chico Buarque de Hollanda*. 2009. 102f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CORRÊA, P. A.; ROSENDAHL, Zeny. A Geografia cultural no Brasil. *Revista da Anpage*, Dourados, MS, n. 2, p. 97-102, 2005. Doi: <http://dx.doi.org/10.5418/RA2005.0202.0008>

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. *Revista GEOMAE*, Campo Mourão, PR, v. 1, n. 2, p. 25-56, 2010.

DAL PIZZOL, Elis Viviana. *Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*. 2014. 164f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. As terminologias nas ciências onomásticas. Estudos de caso: o projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ALVES, Ieda Maria; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. v. III.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Etnia e etnicidade. Um novo modo de nomear. Projeto ATESP/ATB. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (Org.). *As ciências do léxico*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. v. IV.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e questões terminológicas na Onomástica: estudo de casos. *Investigações Lingüísticas e Teoria Literária*, Recife, v. 9, p. 119-148, 1999.

FONSECA, Gustavo Solis. *La gente pasa, los nombres quedan...* Introducción em la toponímia. Lima: Lengua e Sociedade, 1997.

GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; PITTON, Sandra Elisa Contri; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. *Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território*. Franca: Unesp, 2012.

HOLZER, Werter. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. *GEOgraphia*, Niterói, ano V, n. 10, 2003.

HOLZER, Werter. O lugar na geografia humanista. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria das Graças (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. v. II.

JAPIASSU, H. *O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Terras e territórios de negros no Brasil*. Santa Catarina: Editora UFSC, 1991.

LORENTE, M. A lexicologia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. *As ciências do léxico*. Campo Grande: UFMS, 2004. v. II, p.19-30.

MELLO, João Baptista Ferreira. A humanística perspectiva do espaço e do lugar. *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, RR, v. 5, n. 9, p. 7-14, jan./jun. 2011. Doi: <http://dx.doi.org/10.5654/acta.v5i9.429>

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. *Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p. 113-132, jan./jun. 2001.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. *Revista Formação*, Presidente Prudente, SP, n. 14, v. 2, p. 48-60, 2007.

MORIN, Edgar. A reforma do pensamento. In: _____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NOGUEIRA, Nilbo R. *Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências*. São Paulo: Érica, 2001. [Apud Parecer CNE/CEB no 07/2010] Op. cit., 2010.

OLIVEIRA, Soraya Castro de Lima; SILVA, Gustavo Siqueira. A importância da abordagem cultural na geografia: uma perspectiva de aplicação. ENCONTRO DE GEOGRAFIA – A GEOGRAFIA E SUAS VERTENTES: REFLEXÕES, II; SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS, VI, 2009, Campus dos Goytacazes, RJ. *Anais...* Campus dos Goytacazes – RJ: Instituto Federal Fluminense, 2009.

PEREIRA, Renato Rodrigues. *A toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul goiano*. 2009. 204f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim; BASTOS, Gleyce Ramos. Onomástica e possibilidades de releitura da história. *Revista Augustus*, Rio de Janeiro, UNISUAM, ano 15, n. 30, p. 86-92, ago. 2010.

SANTOS, Laudénides Pontes. *O estudo do lugar no ensino de Geografia: os espaços cotidianos na geografia escolar*. 2010. 159f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2010.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Florivasdo Fernandes dos. *Estudo toponímico do município de Barra do Garças, microrregião do Médio Araguaia, Mato Grosso: contribuição para o Atlas Toponímico de Mato Grosso*. 2005. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton; e SILVEIRA, María L. *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Wagner Rodrigues. Construção da interdisciplinaridade no espaço complexo de ensino e pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 582-605, maio/ago. 2011. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000200013>

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 93, 15 de julio de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-96.htm>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Ambiência e pensamento complexo: Resignific(ação) da Geografia. In: SILVA, A. D.; GALENO, A. (Org.). *Geografia – Ciência do Complexus*. Ensaio Transdisciplinares. Curitiba: Ed. Sulina; UFPR, 2004.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G (Ed.). *Philosophy in Geography*. Dordrecht: Reidel Publ. Co., 1979. p. 387-427. [publicado originalmente em: *Progress in Geography*, v. 6, p. 211-252, 1974]

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1007/978-94-009-9394-5>